

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

BÁRBARAH BYANCA DUARTE LOPES

**AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-
CE**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2018

BÁRBARAH BYANCA DUARTE LOPES

**AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-
CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora, em cumprimento às exigências para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, sob orientação da Prof^a Msc. Márcia de Sousa Figueiredo Teotonio.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2018

BÁRBARAH BYANCA DUARTE LOPES

**AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-
CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora, em cumprimento às exigências para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, sob orientação da Prof^a Msc. Márcia de Sousa Figueiredo Teotonio.

Data de aprovação ___ / ___ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Msc. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio
Orientador

1º Examinador

2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2018

Dedico esse trabalho a minha família, agradeço pela força, amor e por acreditarem que sou capaz disso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço imensamente a Deus por ser meu alicerce em todos os momentos, dando-me força, coragem, fé, nunca me deixando cair nessa batalha, agradeço também a Ele por todos os planos perfeitos que se realizam na minha vida mesmo diante de todas as dificuldades existentes.

Agradeço a minha mãe Antônia Pereira e meu pai Francisco Lopes que são os maiores incentivadores para entrada na graduação, fazendo o possível e o impossível para que tudo ocorresse da melhor forma possível, gratidão pelos ensinamentos dados desde a infância para que pudesse me tornar a mulher que sou hoje. Agradeço a minha irmã Déborah Dayse pela disponibilidade e ajuda quando se foi necessário durante esses quatro anos. Agradeço a meu sobrinho Keven Lucca, que apesar de ser criança e não entender muito das coisas, diz coisas necessárias em momentos necessários.

Agradeço ao meu noivo Anderson Filgueiras por está presente em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins, estando ao meu lado me tranquilizando e fortalecendo que tenho capacidade para conquistar aquilo que almejo, sou grata também por toda a ajuda dada, pelos conselhos e amor oferecido por ele.

Nessa caminhada pude conhecer pessoas maravilhosas e que quero presente para o resto da minha vida, então agradeço aos meus amigos Amanda Augusto, Ketilley Fernanda, Geraldo Barros e Cicera Williane por estarem sempre prontos para ajudar, agradeço por cada conversa e por cada momento vivido ao lado de vocês. Não poderia deixar de agradecer também as minhas amigas e companheiras de quase toda tarde Fátima Rayanne e Laquis Macêdo.

Gratidão por todas as pessoas que durante esses quatro anos participaram de alguma forma da minha vida, proporcionando momentos felizes e de conhecimentos. Grata por todos os funcionários da Unileão que de certa forma sempre me acolheram. Entre eles vale ressaltar os professores do curso de Serviço Social da instituição, obrigada por todo o ensinamento oferecido.

Dentre esses professores gostaria de agradecer de forma especial a minha orientadora Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio, por todos os ensinamentos compartilhados, pela paciência, pela disponibilidade quando não se tinha, pela atenção e pelo incentivo.

Acredito que nessa vida, tudo que fazemos tem um propósito, um motivo pra acontecer. Por isso compartilho esse momento tão inesquecível com todos que permaneceram ao meu lado, transmitindo energias positivas para que meus objetivos e sonhos fossem concretizados. Tenho

certeza que essa etapa acadêmica que se encerra, servira como ponte de partida para a realização de novas conquistas.

“Mais vale ser criança que querer compreender
o mundo”

Fernando Pessoa

RESUMO

O referido trabalho busca analisar as dificuldades para efetiva inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar no município de Juazeiro do Norte-CE, tendo em vista que é um assunto de suma importância, e que deve ser trabalhado tanto na escola quanto na sociedade. O caminho metodológico da pesquisa traçou-se inicialmente, pela exploração bibliográfica para a obtenção de um acúmulo de teórico e informativo sobre o assunto. Logo em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo, que teve como instrumento de coleta de dados o questionário realizado com professores da Escola de Ensino Fundamental Zila Belém no município de Juazeiro do Norte-CE. O primeiro capítulo traz uma breve história sobre criança, a historicidade da criança com deficiência para se tornarem sujeito de direito e trazendo também a PNE. Já o segundo capítulo traz uma análise sobre como se dá a educação para criança com deficiência enfatizando a educação especial e o processo de inclusão das mesmas. E o terceiro e último capítulo traz a análise dos dados da pesquisa realizada com o intuito de entender e analisar as dificuldades enfrentadas para a efetiva inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar. Os principais autores utilizados para esta pesquisa foram: Ariès, Bueno, Kassar, Merisse e Rizzini. Dessa forma os resultados apontam que as dificuldades por parte dos professores são existentes por falta de formação adequada, como também estrutura e acessibilidade na escola de certa forma não são propícias para as crianças com deficiência. Levando em consideração que o Estado ou Município dificultam ainda mais o processo de inclusão dos mesmos.

Palavras-chave: Criança. Deficiência. Escola. Inclusão.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the difficulties for the effective inclusion of children with disabilities in the school environment in the city of Juazeiro do Norte-CE, since it is a matter of great importance and must be worked both in school and in society . The methodological path of the research was traced initially, by the bibliographical exploration to obtain an accumulation of theoretical and informative on the subject. Soon after, a field research was carried out, which had as a data collection instrument the questionnaire carried out with teachers from the Zila Belém Elementary School in the municipality of Juazeiro do Norte-CE. The first chapter brings a brief history about children, the historicity of children with disabilities to become subjects of law and also bringing PNE. The second chapter presents an analysis of how education for children with disabilities is emphasized, emphasizing special education and the process of inclusion. And the third and last chapter brings the data analysis of the research carried out with the purpose of understanding and analyzing the difficulties faced for the effective inclusion of children with disabilities in school. The main authors used for this research were: Ariès, Bueno, Kassar, Merisse and Rizzini. In this way the results show that the difficulties on the part of the teachers are existing due to lack of adequate training, as well as structure and accessibility in the school to a certain extent are not suitable for children with disabilities. Taking into account that the State or Municipality makes it even more difficult to include them.

Keywords: Child. Deficiency. School. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CEB- Câmara de Educação Básica

CEBAS- Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social.

CNE- Conselho Nacional de Educação

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

EF- Educação Física.

LBI- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC- Ministério da Educação

NAPE- Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado.

ONU- Organização das Nações Unidas.

OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PEC- Proposta de Emenda Constitucional.

PNE- Plano Nacional de Educação.

SAM- Serviço de Assistência ao Menor.

SEDUC-JN- Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte

LISTA DE QUADRO

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO.....	39
--------------------------------------	-----------

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O PERCURSO HISTÓRICO DA INFÂNCIA NO BRASIL: DAS PRIVAÇÕES DE DIREITOS A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO- PNE	15
1.1 A INFÂNCIA NO BRASIL: SUA HISTÓRIA.....	15
1.2 A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	17
1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE	21
CAPÍTULO II - O DIREITO À EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	23
2.1 O ENFOQUE DA PNE PARA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	24
2.2 PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	29
CAPÍTULO III - AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE	34
3.1 UM TRABALHO QUE ENVOLVE A TODOS	34
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	35
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: ANALISANDO AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE (S)	49

INTRODUÇÃO

O referido trabalho apresentado busca analisar quais as dificuldades para efetiva inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar, com o intuito de analisar essas dificuldades existentes por parte da escola para trabalhar com as crianças deficientes, analisar o processo de inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar e refletir sobre a importância do trabalho em conjunto para efetivação da inclusão.

Sabemos que a exclusão faz parte da nossa realidade desde os séculos passados, onde as pessoas deficientes são vistas, muitas vezes, como loucos ou anormais, com isso a inclusão é um tema que deve ser trabalhado não somente em escolas, mas em todos os locais, para termos consciência que todos somos iguais e que todos têm os mesmos direitos.

Sendo o tema de suma importância para todos, o mesmo é fruto de inquietações e curiosidades por parte da autora, desde o Estágio Supervisionado I e II que foi realizado no Núcleo de Apoio ao Serviço Social- NASS na Clínica Escola da UNILEÃO. Tendo em vista que mães de usuários muitas vezes iam ao NASS para saber quais eram os direitos sociais dos seus filhos.

Para a construção teórica do referido trabalho houve a importante contribuição de autores como: Ariès (1984), que foi um dos autores mais utilizados para construção dos textos, pois fala sobre historicidade da criança no Brasil, Kassar (1999) que vem falar sobre as múltiplas deficiências com relação à educação no Brasil, Bueno (1997) fala sobre a produção social da identidade do anormal, como também foram utilizadas leis, o ECA e a LDB.

Assim, o capítulo I foi elaborado em busca de contextualizar a Política Nacional de Educação a partir da década de 1932, trazendo a história da criança no Brasil desde o século XII, como também a história da criança com deficiência bem como eram vistas pelo Estado e sociedade como um todo, apresentando as dificuldades para a mesma ser vista como sujeito de direito.

Já o capítulo II, faz-se uma análise mais detalhada sobre como se dá a Política de Educação para crianças com deficiência, trazendo ideias sobre ideias desde o século XVIII onde se iniciou certa preocupação acerca da educação de crianças pobres e com algum tipo de deficiência. Apresenta também uma pequena trajetória da educação especial, quando surgiram as primeiras políticas públicas de atendimento a esses indivíduos e o processo para a inclusão frente às problemáticas existentes nas escolas.

O capítulo III traz o detalhamento metodológico de como foi realizada a pesquisa, voltando-se também para a interpretação do objeto de estudo caracterizando-o e sintonizando-o com a realidade, traz ainda uma pequena fala sobre a SEDUC-JN, NAPE E AEE. E para finalizar o capítulo foi feita a análise dos dados de forma detalhada para se possibilitar uma melhor compreensão de todo conteúdo estudado anteriormente.

Nesse sentido o percurso metodológico foi traçado com o intuito de acumular conhecimentos sobre a temática com a pesquisa bibliográfica, para dar o devido embasamento para a realização da pesquisa de campo que foi direcionada aos professores da Escola de Ensino Fundamental Zila Belém no município de Juazeiro do Norte-CE. Visando assim, compreender como se dá o processo de inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar.

O instrumento de coleta de dados escolhido para obtenção dos dados, foi o questionário, que teve como objetivo um melhor aproveitamento de tempo e de informações, pois com a aplicação do mesmo podemos pesquisar um maior número de pessoas em um menor tempo. Possibilitando ainda, menores gastos com o pessoal.

CAPÍTULO I - O PERCURSO HISTÓRICO DA INFÂNCIA NO BRASIL: DAS PRIVAÇÕES DE DIREITOS A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO- PNE

O capítulo a seguir foi dividido em três tópicos: História da criança; História da criança com deficiência; e a Política Nacional de Educação-PNE. Abordará a história da criança desde o século XII, trazendo as dificuldades para a mesma ser vista como sujeito de direito, como eram vistas pelo Estado e sociedade como um todo, e todo o processo da Política Nacional de Educação a partir da década de 1932.

1.1 A INFÂNCIA NO BRASIL: SUA HISTÓRIA

A palavra infância é de origem latina *infantia*, onde temos a ligação do *in*, que significa negativo e *fari*, que significa falar. Portando refere-se à ausência de fala. A infância é uma categoria histórica que possui vários significados, os quais dependem das relações sociais, econômica, políticas, históricas, culturais, entre outros.

Podemos destacar a fragilidade da criança, bem como a sua desvalorização no mundo em que vivemos. Desde o antepassado, notamos que as crianças e mulheres sofreram com certa inferioridade, não eram tratados da mesma forma dos outros, tendo a criança assim a sua infância reduzida. Por volta do século XII, as artes medievais não reconheciam a infância, bem como não os representavam. (ARIÈS, 1984).

Constatamos que as crianças naquela época não passavam por todos os estágios da infância que são estabelecidos na atualidade. No momento em que apresentassem independência física, já eram considerados adultos e logo inseridos nesse mundo, servindo como instrumentos de manipulação ideológica. É importante destacar que na Idade Média, a socialização da mesma era feita a partir da sua convivência e aprendizagem das tarefas realizadas com os adultos, e não pelo convívio com a família e educação.

Para a sociedade vir a valorizar a infância existe todo um processo histórico, surgindo na modernidade várias ideias sobre o sentimento de infância, o comportamento delas em meio à sociedade, a preocupação com a sua própria educação pedagógica e moral. A partir do fim do século XVI e durante o século XVII, tornaram-se mais significativos e numerosos os sinais de aumento de sentimento da infância, pois os costumes daquele povo começaram a mudar de forma significativa, como por exemplo, a forma de se vestir, um interesse pela educação que

não existia até então, da mesma maneira que também havia a separação das crianças de acordo com as classes sociais.

Há de se considerar que houve esses cuidados e preocupações com o modo de comportar-se da criança, por conta do modelo de civilidade daquela época, significando que todos deveriam ter regras de etiquetas e bons modos. Todavia, surgia no início do século XVII, uma nova consideração sobre o que seria comportamento, bem como de uma literatura pedagógica designada principalmente para educadores e pais, como também para as crianças e adolescentes.

Não podemos deixar de citar que até o final do século XVIII, as escolas não eram frequentadas por crianças de acordo com a faixa etária. Naquela época as escolas chamavam-se de centros, esses centros acomodavam pessoas de qualquer idade, devido sua finalidade ser de maneira mais técnica que pedagógica, com isso começaram a frequentar a escola somente os jovens.

Alguns autores do século XVIII recusaram-se a defender ideias de que o ensino se expandia para todos, por isso que estes sugeriram a criar uma educação diferenciada de acordo com as classes sociais de cada um, titularam de primária e secundária. De certa forma as crianças daquela época eram discriminadas por conta da política adotada pelas escolas, onde as quais eram consideradas fracas e incapazes, isso tinha maior eficácia com as pertencentes às classes baixas, fazendo com que a sua entrada na escola se tornasse tardia.

É válido enfatizarmos que, com o aceleração do desenvolvimento capitalista, houve um aumento significativo do uso de mão-de-obra infantil contribuindo para maior elevação na desigualdade, tendo em vista que os valores dados às crianças são os mais diversos e variam de acordo com a época e a classe social. (ARIÈS, 1984)

Durante o século XIX, os problemas foram intensificando-se, como por exemplo, o abandono das crianças e a exploração do trabalho infantil, principalmente com a chegada da Revolução Industrial, onde as crianças eram submetidas a trabalhos pesados em minas e fabricas com carga horária igual a dos adultos. Isso se deu, em função da mão-de-obra infantil ser considerada muito barata tornando-se propícia à exploração, sem nenhum controle por parte das autoridades competentes, principalmente se tratando das crianças provenientes de famílias pobres. Esse fato deu início a discussão sobre a criação de leis e de outros recursos, para impedir a exploração da mão-de-obra infantil e posteriormente criar meios de proteção da infância pobre e desfavorecida com a criação das políticas sociais.

[...] marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para torna-se, uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado (Rizzini, 2008, p. 23)

Diante disso, passa a ser responsabilidade do poder público, com forma filantrópica e assistencialista, o que antes tinha como responsável às entidades privadas. Tendo como objetivo principal a criação de mecanismos para retirar das ruas os menores que eram ditos como infratores e levando-os para instituições adequadas, chamadas na época de casas de correção, com a finalidade de tirar do ambiente urbano aqueles que não apresentassem bons costumes e que não tivessem residência fixa.

A partir disso, a preocupação com a infância passou a serem avaliados como problemas político e econômico, os empenhos para determinar políticas públicas que tinham por objetivo a tentativa de recuperação da infância, foram crescendo em todas as partes do mundo. Por volta de 1942, no Brasil, iniciaram-se essas tarefas quando foi criado o Serviço de Assistência ao Menor- SAM, colocando em regime disciplinar aqueles menores considerados em conflitos com a lei. Com o Golpe Militar em 1964, o SAM foi exterminado, sendo o modelo de institucionalização criticado por exercerem ações consideradas de forma repressivas, e partir daí a até a década de 1970, discussões geraram entorno da infância passando a ser prioridade no campo social e político. Já na década de 1980, essas discussões passam a ter influência de caráter normativo internacional – diz respeito a ONU.

Ao final do século XX, a criança passou a ser vista como sujeito de direito, e diante disso foi sancionada em 1990 a lei n.º 8.069, chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, estabelecendo as diretrizes no campo das políticas públicas de atendimento á criança, em busca de discriminar a infância e juventude pobre.

1.2 A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Ao falarmos em um encobrimento da criança na história brasileira é importante ter-se em vista que quando se trata de crianças com deficiência a situação torna-se ainda mais alarmante. Sendo a criança que possui algum tipo de deficiência ainda mais silenciada, ainda mais escondida, consideramos a mesma um sujeito social praticamente inexistente da história brasileira, enquanto conhecimento e investimento social e político. Com relação às políticas sociais, essa ocultação se torna expressiva nas concepções que estão presente na sociedade

sobre deficiência, contribuindo para a criação de estigmas sociais relacionados a pessoas deficientes.

Diante disso, a deficiência está sempre associada com a incapacidade de aprendizagem e à improdutividade, de formação intelectual e de emissão sobre a realidade. Também há um conjunto de termos que traz as dificuldades de compreensão sobre a deficiência e revelam que a pessoa deficiente foi incluída em categorias como doentes mentais ou como criminosos. (BUENO, 1997)

Os obstáculos de identificação das crianças deficientes, não estão limitados somente aos séculos passados. Autores como Januzzi (1997) e Bueno (1997), afirmam que até os dias atuais essas dificuldades existem e estão relacionadas à deficiência como limitação do mesmo conseguir meios para gerir a sua própria existência, passando a ser dependente de outra pessoa.

Deve-se levar em consideração que desde o período colonial e imperial até a década de 1950, a deficiência poderia passar despercebida em uma sociedade que não tinham nenhum tipo de escolaridade como era a sociedade brasileira. Contudo, acredita-se que o sistema de produção agrária em sua fase fundamental permitia a introdução de pessoas deficientes no trabalho produtivo se tornando menos visíveis às diferenças e mais excluídos no interior da vida social (BUENO, 1997).

A partir da segunda metade do século no desenvolvimento do conceito de direitos humanos, indícios relacionados ao atendimento de crianças deficientes são identificados. Os registros apontam que é deste momento em diante que se desenvolvem, com maior repetição, aplicabilidade e visibilidade de políticas sociais que buscam atender às necessidades de transporte, lazer, saúde, educação, entretenimento, cultura das crianças e pessoas que possuem limitações oriundas de deficiência. Daí começa-se, a produzir discursos que preservam a necessidade de viabilizar condições de vida digna para parte da população.

É também nas últimas décadas que o capitalismo deixou notório outra face como situação fundamental e necessária à sua sobrevivência enquanto sistema que gera a vida social. Além de mercados produtores, indicou-se a necessidade de uma quantidade de consumidores. Com isso, não podemos dispensar o progresso da indústria cultural de massas e, no seu interior, o nascimento e crescimento de produtos culturais destinados às crianças que se tornam também iminentes consumidores.

Considerando-se as práticas, ideias e conhecimentos relacionados com o século XX, modifica drasticamente as condições do trabalho produtivo requisitando níveis mais altos de escolarização da população, constata-se a presença do subconsciente, nos discursos oficiais em defesa de certos direitos, de caráter economicista e funcionalista ligado ao atendimento

institucional da criança deficiente. A problematização da produção, equilibrada pelo avanço científico-tecnológico, tem efeito na busca de amplificação do acesso a escola a todas as pessoas, o que inclui a criança deficiente.

Como resultado destes processos simultâneos tem-se os avanços científicos que favorecem a superação das dificuldades, porém, ao torna-se mais complexa, a produção não permite a inclusão do público. A negação pelo que é não perfeito, não móvel, não belo, não rápido, que tem déficit, que é deficiente, cria uma ideia de degrau quantitativo, impedindo a filtração dessas pessoas.

No interior de um sistema produtivo-econômico apoiado pelo lucro baseado pelo consumo e pela produção de excessos, as crianças deficientes são identificadas como aquelas que geram gastos e despesas, que são improdutivas tanto para o Estado como para a sociedade civil. Portanto, o auxílio ao acesso à educação escolar se fez vigente nos discursos políticos considerando a educação como investimento no potencial consumidor e produtivo das pessoas deficientes, mas paradoxalmente, as práticas que procedem destes discursos tem historicamente contrariado a ampliação dessa potencialidade.

Ao longo da história, a visão de educação enquanto investimento foi restrito para as crianças com deficiência no Brasil. Para essas crianças foram atribuídos sistemas precários de educação e assistência, limitados à concepção de treinamento e condicionamento com vistas a torna-los menos arremetidas à vida social moderna e menos inoportuno aos cofres estatais.

A organização para o exercício de profissões que estão na base da pirâmide social, logo, para o exercício de trabalho manual, pouco autônomo, mal remunerado e criativo foi e é constante neste atendimento. O atendimento a criança deficiente, quase sempre desprezado a beneficência e ao plano de caridade cristã, reforçou esse ponto de vista. Acompanhamento notável no que diz respeito à criança, normalmente, as ações caritativas e filantrópicas sempre foram incentivadas pelo Estado que, por sua vez, concedeu à esfera privada o compromisso de prover a subsistência dos mais pobres e das crianças deficientes.

A existência da filantropia na assistência à infância e à criança com deficiência é histórica no Brasil já que a atenção aos desfavorecidos enquanto ideia inicial cristã é parte intransferível da formação do país (JANUZZI, 1997). Esse acompanhamento confirma a ligação histórica entre público e privado no contexto do atendimento às necessidades das classes afastadas do poder e do acesso aos bens culturais. Ligação essa, que permite os setores privados o funcionamento de uma influência nada insignificante na determinação de ações e políticas públicas.

No decorrer do século XX, as organizações e grupos privados que tem discutido questões relacionadas à educação e saúde da criança deficiente, tem acumulado forças políticas para ocasionar avanços na legislação e nas políticas de atendimento a essa determinada população. O apoio às crianças mais prejudicadas pela estrutura socioeconômica identifica-se como pressuposto inicial e finalidade principal em favor do fortalecimento e manutenção destas unidades.

As instituições caritativas e de cunho humanitário, como por exemplo, Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil, Fundações, Cooperativas, Entidade Beneficente de Assistência Social (conhecida como CEBAS-Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, entre outros, tem fornecido serviços gratuitos à parte da população que apresentam deficiência e dedicado espaços que deveriam ser preenchidos pelo setor público. Com isso, essas organizações, instituições e grupos recebem contribuição pública sob forma de merenda escolar, verbas, material didático e consentimento de técnicos e docentes (KASSAR; FERREIRA, 1998). A transferência de responsabilidade do público para o privado acontece, primeiramente, em áreas de difícil exercício como o atendimento de crianças e adolescentes que tiveram violação dos seus direitos ou a perda do poder familiar.

Deste modo, mesmo que identifiquemos a função fundamental que os grupos e organizações privados tem realizado no que diz respeito exigências e aquisições legais, não é possível deixar de especificar que a atuação dessas organizações não tem feito transformações consideráveis na estrutura social.

[...] de modo que se arrefeça a exclusão social das crianças em prol das quais organizam seus serviços e defendem a integração. Cada vitória legislativa é insuficiente para desfazer a contradição existente numa organização social que coloca a competitividade e a garantia de lucro para alguns, como meta prioritária (Januzzi, 1997, p. 185).

O atendimento realizado sob o viés de cunho humanitário e caritativo tem colaborado para o aprofundamento da exclusão social, tendo em vista que esses serviços são fornecidos como favor e não como direitos daqueles a quem atende. Kuhlmann Jr. (2000) ao debater sobre a existência de organizações e grupos no enquadramento da educação infantil brasileira, atenta-se que o caráter humanitário e caritativo tem disponibilizado uma educação para a subordinação, impedindo a ascensão intelectual e moral de crianças e de suas famílias.

Para além de uma construção da autossuficiência, a filantropia pode ser visualizada como vigília que grupos e categorias detentoras de capital e poder exerçam sobre os grupos e pessoas desvalidas que muita das vezes é a grande maioria, julgados como pessoas perigosas à organização social. Com isso gera-se, principalmente, desanimação de lutas populares por melhores condições no atendimento educacional para as crianças empobrecidas e crianças que possuem algum tipo de deficiência.

1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

É necessário compreender a política educacional enquanto política social que busca efetivar a garantia do direito à educação para toda a sociedade, sendo de responsabilidade do Estado. A política educacional surge com o intuito de universalizar o acesso à educação com qualidade. A política é resultado de uma longa trajetória de luta pela educação desde 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação nova que já reivindicava prioridades e metas educacionais a serem efetivadas.

Ainda abordando a educação de qualidade tem-se com esse objetivo o Plano Nacional de Educação (PNE) que foi aprovado pela primeira vez pelo Senado em 2001, que surge em busca de melhorias para o sistema educacional em todos os níveis e está amparado na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no art. 214, prevendo um plano nacional de período decenal que determine as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para que se assegure o desenvolvimento do ensino. Para que se alcance a universalização, erradicação do analfabetismo, promoção para o trabalho, entre outros.

Esse plano, pode ser definido como política social a fim de assegurar o direito do cidadão à educação seja a nível municipal, estadual ou nacional determinando uma direção a ser seguida, o que se pretende alcançar e como esse caminho será percorrido considerando as particularidades e necessidades de cada comunidade tendo conhecimento do cenário atual para que sejam traçadas metas compatíveis e de possível alcance para o avanço e melhoria na educação.

O primeiro PNE votado pelo Senado em 2001 teve nove vetos por parte do presidente Fernando Henrique Cardoso que não tinha interesse no avanço da educação e no aumento de investimentos, fugindo dos interesses da população e dos objetivos pelo qual fora elaborado. Como afirma Messias et al. (2010), O PNE (2001-2010) tornou-se foco de desconfiança entre

os agentes governamentais em vista da ausência de recursos definidos para a execução de suas metas, sendo considerada apenas uma carta de intenções.

Formou-se assim, um abismo entre as metas e objetivos que os planos pretendiam alcançar e a disponibilidade de recursos. Esses vetos, fez com que metas ficassem apenas no campo das intenções não sendo garantida a verdadeira efetivação do PNE e inviabilizando o cumprimento de algumas metas e diretrizes. Porém, o plano ainda propiciou algumas conquistas como a cobrança de que a União, Estados e municípios sejam responsáveis pela política educacional no seu monitoramento e avaliações periódicas no Plano Nacional de Educação.

O segundo PNE (2010-2020) só foi sancionado em 2014 tendo até 2024 para cumprir as 20 metas estabelecidas para o aperfeiçoamento do plano educacional que um maior investimento nos ensinos fundamental , médio e superior com uma maior abrangência da população em busca de erradicar os índices de analfabetismo e elevar o nível educacional da população brasileira. Para que esse alcance seja possível, é também necessário, que os representantes governamentais estejam comprometidos com essas metas proporcionado condições favoráveis para as suas realizações.

Cabe ainda destacar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394), que após algumas formulações foi aprovada em 1996. Essa lei surge para direcionar e regulamentar o sistema educacional brasileiro detalhando os princípios e deveres do Estado como provedor de uma educação de qualidade abrangente e inclusiva em todos os níveis que alcance totalmente a população. A Lei traz também, uma maior abrangência do conceito de educação que não mais se dá apenas no ambiente escolar como em seu Art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Lei 9.394/96)

A LDB trás na sua formulação uma nova forma do conduzir a educação brasileira dando a devida importância de cada etapa educacional, seja infantil ou de nível superior, destacando a importância de atenção especial para cada uma, levando em consideração o tempo presente, suas possibilidades, limitações e especificidades. Estabelece também, uma união entre família e Estado como responsáveis pela educação considerando que essa esta para além dos muros da escola devendo os a família esta presente em todo esse processo. A LDB ainda define os orçamentos para efetivação das medidas educacionais estabelecidas.

Mesmo diante de conquistas fundamentais, é importante considerar o ambiente contraditório vivenciado pelo Brasil e seus rebatimentos nas políticas advento do ajuste Neoliberal que defende uma participação mínima do Estado no âmbito social.

A lei por si só não altera a realidade. É obvio que todas as metas do Plano Nacional de Educação, como política pública que é voltada para a melhoria da educação, repercute no cotidiano das escolas, sejam elas públicas, municipais, estaduais ou particulares. No entanto, trata-se de um propósito legal que somente repercutirá em ambiente propício a alterações, com interferência na cultura escolar. (Ferreira; Nogueira, 2012 p.11)

Dessa forma, tanto o Plano Nacional de Educação quanto a Lei de Diretrizes e Bases estabelecem os caminhos a serem percorridos pela política educacional. Porém situados com o contexto atual, podemos perceber os desafios para que as metas e objetivos sejam alcançados. Considerando que em meio a ataques aos direitos sociais a educação é totalmente comprometida.

Tendo em vista, que os ataques à educação no Brasil são frequentes pelo atual governo, temos como desafio os cortes na educação. Diante disso, no início de 2017 foi proposto pelo Presidente Michel Temer que até 40% do ensino médio fosse à distância, ordenada aos interesses do setor privado, tornando o ensino ainda mais precarizado impedindo quaisquer avanços sonhados pela educação.

Também vale ressaltar a Proposta de Emenda Constitucional 241 conhecida como PEC 241 ou 55, que pretende congelar gastos com relação à saúde e a educação por 20 anos, causando danos no ensino educacional, afetando também os gastos destinados a programas sociais. A proposta também inclui um mecanismo que pode levar ao congelamento do valor do salário mínimo, que seria reajustado apenas segundo a inflação. O aumento de problemas para a efetivação do PNE que tem metas de universalização da educação e cria um plano de carreira para professores da rede pública seria evidente, sendo essa categoria uma das mais mal pagas do país.

CAPÍTULO II - O DIREITO À EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O capítulo a seguir faz uma análise sobre como se dá a educação para crianças com deficiência, trazendo ideias desde o século XVIII onde se iniciou uma preocupação acerca da

educação de crianças pobres e com alguma deficiência. Também traz uma pequena trajetória da educação especial, quando surgiram as primeiras políticas públicas de atendimento a esses indivíduos e o processo para a inclusão frente as problemáticas existentes nas escolas.

2.1 O ENFOQUE DA PNE PARA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Foi no século XVIII, no Brasil, que se iniciou certa preocupação com o futuro das crianças pobres e, principalmente, das crianças com limitações oriundas de deficiência. Essas preocupações surgiram, inicialmente, no contexto da filantropia cristã e da caridade. De acordo com Merisse (1997), as primeiras organizações de atendimento as crianças pobres, os abrigos infantis ou asilos, que atendiam todos os tipos de desvalidos podem ser identificados como a origem de todas as atuais organizações educacionais e médico-assistenciais.

Esse fato pode indicar que a origem do atendimento às pessoas com deficiência traz algumas características: a abordagem assistencialista-caritativa e sua não identidade específica, mas sua inclusão no ‘ mundo dos desvalidos’ também possuidores de ‘alma’ (Kassar,1999, p. 03).

Desde o século XVIII, a roda dos expostos era o método básico que buscava organizar a proteção e o sustento às crianças abandonadas pelas famílias. Na maior parte das vezes, detectadas em conventos católicos, as rodas acolhiam as crianças vindas de famílias pobres e as internavam (MARCÍLIO,1997). Com isso, essas crianças eram “criadas sem vontade própria, têm sua individualidade sufocada pelo coletivo, recebem formação escolar deficiente e não raramente são instruídas para ocupar os escalões inferiores da sociedade”. (Passetti, 2000, p. 348).

Também com relação ao Estado, as internações em instituições especializadas marcou um primeiro momento no atendimento aos deficientes (cegos e surdos) no Brasil, seguindo as orientações existentes em países europeus desde a Revolução Industrial. Em 1854, foi fundado o Instituto dos Meninos Cego (mais tarde conhecido como Instituto Bejamim Constant) e em 1856, foi fundado o Instituto dos Surdos-mudos, que tinham como principal função a perspectiva de abrigar e proteger as crianças deficientes, em regime de internação total.

Diante disso, esse modelo de atendimento cooperava para construção da identidade social das crianças que pretendia educar (Bueno, 1997). Isolados em instituições especializadas,

as crianças deficientes estabeleceram identidades atreladas à inferioridade, sem existir uma indagação do próprio sistema que as abrigava em regime de internação total. Enfim, o internato foi apresentado, não como espaço de afastamento, mas como espaço de acolhimento do deficiente associado a um ambiente agressivo que o discriminava. No internato as crianças deficientes poderiam viver entre iguais, sem sofrer o preconceito social. Nesse sentido, “a instituição total, mais do que [...] algoz, é encarada como [...] aliada.” (Bueno, 1997, p. 171).

As organizações que existiam, naquele período, expunham também outras questões que fortaleciam uma visão preconceituosa e excludente da deficiência. Por um lado, eram poucas as organizações que acolhiam deficientes sendo que para obtenção de uma vaga constituía-se em vantagem de alguns e acabava sendo visto como prêmio aos deficientes e às suas famílias. Por outro, essas organizações não concretizavam uma formação satisfatória para a integração social daquele pequeno número de pessoas que delas se amparavam, analisando a ideia de uma autoimagem do deficiente como pessoas insignificantes e impossibilitadas de gerir a própria vida.

Por volta de 1870, surgiram as primeiras creches com papel social de receber e abrigar crianças menores de sete anos de idade, e até mesmo as crianças com deficiência. A divulgação dessas organizações no Brasil foi decorrente do processo de expansão das relações internacionais capitalistas na segunda metade do século XIX, sendo também marcada pela superioridade do privado em desvantagem do público (KUHLMANN JR., 2000).

Estudos históricos da sociedade brasileira apresentam que naquele momento planejava-se, para o Brasil, um projeto modernizador que procurava introduzir o país no cenário do capitalismo industrial. Naquele cenário, a educação escolar foi visualizada como benefício para que o país alcançasse um espaço no 'concerto dos povos cultos'. Estabelecidos nas argumentações raciais e em diversos interesses políticos e econômicos surgiam no Brasil, a partir de 1870, uma rede institucional de conhecimentos que planejava a modificação não só da constituição étnica do povo brasileiro, mas também da forma de agir, pensar e ser.

Com o intuito de alcançar o essencial domínio e adaptação da desejada civilização era preciso avaliar a população em suas propriedades físicas e mentais e averiguar as formas de sociabilidade que aqui havia e tentar sua modificação. A educação escolar foi, principalmente, visualizada como interesse potencialmente idealizadora de novas formas de sociabilidade. A aquisição na escolarização da infância aconteceu como elemento de inserir novas praxes culturais às crianças e famílias brasileiras.

A escola [...] foi projetada como instituição capaz de introjetar nas crianças maneiras julgadas superiores, modos considerados civilizados, orientando-as para assumir condutas inteiramente distintas daquelas que possuía. (Vago, 2000, p. 126).

Contudo, o investimento na educação da infância oferecia limites bem estabelecidos já que não eram todas as crianças que interessavam à escola. Como exemplo destes limites, mencionamos o Regulamento de ensino de Belo Horizonte, de 1911(VAGO, 2000) que descartava da concepção de aluno os “doentes, affectados por moléstias contagiosas incuráveis e os loucos”. Esta ilustração implica a exclusão das crianças com deficiência.

Constituiu o período de construção da criança como aluno, acontecendo à procura de instrumentos teóricos que pudessem aferir os potenciais de desenvolvimento e aprendizagem das crianças brasileiras para especificar em normais e anormais. Com isso, foi à medicina higiênica que pode classificar essas crianças, com o conhecimento oficial da modificação social, que adquiriu a direção desse processo. Já no século XX, à medicina se junta à psicologia que a partir de então foi enfrentada como ciência-base da educação, adotando um movimento que, na Europa, já se encontrava em total adiantamento. (WARDE, 1997).

A ligação medicina-pedagogia-psicologia apoiou a construção de um conjunto de aparelhos disciplinares que determinaram dois princípios de ensino distintos e definidos pelas diferenças de seus recebedores: uma educação normal destinada às crianças que apresentavam potencial de civilização, sujeito de serem adaptados à lógica produtiva que buscava instalar-se; e uma educação emendatória, cujos recebedores eram “criminosos, amorais, tarados, idiotas, cretinos, imbecis, surdos-mudos, cegos de nascença e deficientes físicos.” (Vago, 2000, P. 275).

A problematização das condições de vida social que foram motivadas, sobretudo, após a década de 1920 alterando a situação sócio educacional das crianças deficientes. Diante disso, houve uma pressão para que os Estados nacionais inserissem os grupos excluídos e lutas de classes. Esse método colaborou para que no Brasil, a partir da década de 1940, desenvolvessem no âmbito da máquina governamental, inquietações com a formação de políticas e órgãos que conseguissem atender as necessidades infantis, de modo geral, e em especial, da criança deficiente.

Um dos principais pontos dessas inquietações está relacionado à ampliação do direito à educação, e não somente a assistência, da infância desfavorecida. Há de se considerar, que é a década de 1950 que vai estabelecer um novo momento no atendimento à criança deficiente, o qual se estende até os dias de hoje. (Bueno, 1997, p. 173). Esse novo período é representado, principalmente, pela:

[...] expansão da ação do poder público, com a criação e desenvolvimento dos serviços e educação especial no nível do governo federal e de todos os estados da federação, bem como pela disseminação de uma rede privado-assistencial que atinge todo o país e que tem sido caracterizada, exclusivamente, como um avanço em relação aos momentos anteriores. (Bueno, 1997, p. 173).

É a partir daí que, internatos iniciaram a organização das salas especiais em escolas de normais e públicas. Nesse sentido, iniciava-se a construção de outro modelo de atendimento – o das salas especiais -, o qual precisaria diminuir o isolamento social da criança deficiente. Porém, a elaboração destas salas não minimizou o preconceito e o estigma relacionado ao deficiente como também não lhe possibilitou melhores chances de aprendizagem e desenvolvimento às crianças acolhidas. Ao passar do tempo, elas se transformaram num depósito de todas aquelas crianças avaliadas como 'difíceis' pela escola e pelos professores.

A concepção social da anormalidade no Brasil interliga-se, ao conflito estabelecido entre as instituições totais e a escola regular. De um lado, os internatos permaneceram a existir e, de outro, a escola regular foi se determinando e nela, foram se abrindo salas especiais com a finalidade de atender-se às crianças ditas anormais. Embora desde o final do século XIX, os métodos de categorização já fossem presentes na esfera pedagógica e política brasileira, as primeiras salas especiais em escolas regulares somente começaram a ser estruturadas na década de 1930. Isso mostra que, nessa situação, aconteceu um atraso na concretização de ações e expõe a pouca atenção dos poderes desenvolvidos às crianças avaliadas como anormais vistos pelos serviços criados para este fim.

Na mesma década a Educação Física (EF) Brasileira adotou a posto de preservação social e conservação do estado atual por meio da militarização do corpo que se transferia baseado em três pilares: a moralização do corpo por meio do exercício físico, o desenvolvimento eugênico agregado à raça e a atuação do Estado sobre a capacidade física da população e suas reproduções no campo do trabalho. No qual, em 1938, uma portaria do MEC impedia a matrícula de alunos que não fossem capazes para a prática de aulas de EF escolar, apontava quais as finalidades do plano em andamento. A EF estava centrada na atividade física sendo que, se o sujeito era impossibilitado de participar as aulas, não poderia se incluir no modelo produtivo existente. Logo, era impedido de se matricular. (CASTELLANI, 1988)

O método era o seguinte: o ensino público é gratuito porque é investimento. O sujeito não paga pelo ensino, mas, adquirir formação para o trabalho, assim, pagará o investimento feito pelo Estado na sua educação. O deficiente era eliminado do processo de escolarização, porque,

percebia-se que se o sujeito era incompetente e incapaz para o trabalho, não poderia pagar o investimento. Não podendo produzir era considerado como improdutivo em razão de sua deficiência.

No centro do projeto modernizador a infância, durante o tempo de elaboração e expectativa de futuro, é analisada a classe privilegiada sob a qual recaíam os investimentos políticos. A escola e os professores foram, portanto, submetidos para analisar os níveis de normalidade e anormalidade infantis, distribuindo-as crianças em normais, subnormais e anormais e conduzindo-as, à escola regular, às classes especiais e internatos.

Observa-se que a especificação de pessoas com deficiência de acordo com os níveis de responsabilidade é uma técnica que, embora seja antiga e claramente desumana, tem ainda vestígios no final do século XX e início do século XXI, na qual os discursos e as políticas apontam para a inclusão escolar de todos. O antigo e eliminatório modelo clínico que identifica os deficientes, em leves, moderados, severos e profundos estende-se no modelo psicopedagógica que os consideram, como educáveis, habilitáveis e dependentes. É esse o procedimento estabelecido da proposta de diferentes ambientes educacionais que, hoje em dia, predominam, e que durante várias décadas vem auxiliando a chamada integração escolar da criança deficiente. Destaca-se que as chamadas classes especiais para deficientes mentais leves,

com raras exceções, são constituídas, em grande parte, por multi-repetentes, sem qualquer caracterização mais precisa de déficit intelectual. Ao colocar essas crianças no âmbito do atendimento escolar do deficiente mental, a educação especial contribui decisivamente para a disseminação da concepção de ‘dificuldades de aprendizagem’ inerentes aos indivíduos e, conseqüentemente, de avalizadora da função seletiva dos processos regulares de ensino, num sistema educacional que, até hoje, tem como uma de suas características básicas, a produção massiva do fracasso escolar que recai, fundamentalmente, sobre as crianças das camadas populares. (Bueno, 1997, p. 174)

As crianças com deficiência severa e moderada são apresentadas como habilitáveis sendo colocados em escolas especiais onde aprendem procedimentos básicos para a convivência social, as chamadas atividades de vida diária (higiene, alimentação, vestuário, etc.). Ditos como incapazes para a aprendizagem, essas crianças são colocadas em circunstâncias de dependência em locais pobres em instigação para realizarem tarefas simples com base na reprodução. Nesses locais predominam o estigma da incapacidade e a negatividade do direito a aprendizagem e ao convívio social.

Já os deficientes que têm limitações mais graves, os chamados deficientes profundos, são ditos como dependentes e conduzidos a instituições de cuidado e assistência social, frequentemente em regime de internação. Neste caso, tinha como finalidade a proteção do deficiente da crueldade do mundo lá fora, fundamentação já presente no século XIX, com base na dimensão clínica e uma negação total da habilidade intelectual e da relação com os conhecimentos e os grupos sociais.

Ocorreram progressos significativos nas últimas décadas referentes à educação de crianças brasileiras - com deficiência - ainda que se analise que os mesmos avanços sejam componentes da reconstituição do capitalismo em crise e da estrutura do poder mundial. Nas quais essa reconstituição tem motivado políticas planetárias de saúde, moradia, educação, etc., para todos. A política planetária da educação para todos, promove na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) o primeiro caso de manifestação de políticas no campo da estratégia de desenvolvimento humano. Nesse sentido, a educação básica vem reproduzindo a perspectiva de atender as necessidades básicas de aprendizagem, de todos, sendo vista como ferramenta que faz progredir a competência econômica de cada um e, de acordo com as premissas liberais, do conjunto da população. (CORAGGIO, 1999)

No âmbito educacional, a expressão básica proporciona diferentes compreensões e pode determinar a proposta educacional ao limite mínimo (piso) e não ao máximo (teto). Muitas vezes agregado como semelhante de educação primária, o termo educação básica, presente na Declaração Mundial de Educação Para Todos (JOMTIEM, 1990) e em todo um unido de informações que daí decorreu, pode diminuir ao invés de aumentar as oportunidades educacionais das crianças, jovens e adultos pobres (TORRES, 1995), em especial daqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Vale ressaltar que esses progressos são também o resultado da organização e luta das pessoas com deficiência na realidade brasileira. Várias dessas conquistas nos textos legais podem ser destacadas: as referências à educação especial na LDB 4.024/61 e a definição de campanhas governamentais como a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental em 1960.

2.2 PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

A década de 1970 pode ser analisada como reprodução do símbolo da institucionalização da Educação Especial no Brasil com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola para todos. Aconteceram algumas conquistas importantes como a formação de órgãos públicos proporcionadores da educação dos sujeitos em discussão como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP - 1973), que implantou o tema na elaboração de políticas públicas. Em decorrência, deu-se a formação de subsistemas de Educação Especial nas várias redes educacionais públicas (federal, estadual, municipal) por meio de escolas especiais, classes especiais e através da visibilidade da necessidade de projetos de formação de recursos humanos.

Diante disso existe a criação de diversas leis, como a presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), art. 54, III, que afirma: “É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. E, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, cap. V, “Da educação especial”, parágrafo 3º, que determina: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996), contribuiu de forma significativa para melhorias no que concerne a políticas de inclusão de pessoas com deficiência.

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1).

Atualmente na legislação brasileira, algumas questões são merecedoras de serem destacadas já que causam a visibilidade dos sujeitos em cena. A inclusão educacional de pessoas com limitações oriundas de deficiência tem sido artefato de grande interesse e movimentação destacando-se tanto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 208, inciso III) quanto no ECA (1990). Mas é somente a partir da regulamentação da LDB 9.394/96 que a inclusão torna-se preocupação comum nas pesquisas educacionais e nos cotidianos. A LDB 9.394/96, assim, se retrata como marco significativo no campo dessas políticas públicas educacionais inclusivas ao prever a inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis de escolarização (da educação infantil à universidade).

Autores como Bueno (1997) e Januzzi (1997) acreditam que, embora não exista dado demográfico e censitário concreto com relação ao número de crianças assistidas pelo sistema de educação especial no Brasil, é possível considerar uma estimativa de que somente 15% das crianças deficientes estão ou estiveram beneficiadas por vagas nas escolas e instituições especiais. Enfim, as crianças matriculadas nessas escolas não têm de fato alcançado progressos no processo de escolarização e na integração ao mundo do trabalho, sobretudo devido à má qualidade da educação oferecida.

É importante salientar que o acolhimento de alunos com deficiência precisa de um preparo por parte da equipe. Professores, coordenadores pedagógicos e direção muitas vezes precisam desenvolver atividades específicas, de acordo com a limitação motora ou psíquica da criança ou adolescente que irão receber.

Receber uma criança que não anda no tempo esperado, usa fraldas, não fala ou canta, não consegue segurar um lápis ou um brinquedo, parece tornar inviável qualquer forma de atuação educativa dentro de um currículo normal. Nos preocupamos com tantas diferenças e com nossa impossibilidade de lidar com elas e esquecemos de olhar para o que há de comum entre todas as crianças: sua necessidade de aprender, sua paixão pelo novo. (BRASILIA,2003)

A formação e a profissionalização dos professores que aí estão inseridos, a ausência de estudos e produções que deem conta da organização do trabalho coletivo dos quais a falta de sugestões de aprendizagem e avaliação consistentes e coerentes com as possibilidades deste público são aspectos visíveis. Além disso, o abandono do Estado em assumir as responsabilidades para com este sistema, a precariedade de espaço e material adequado ao ensino e a aprendizagem dessas crianças, e o próprio distanciamento dos profissionais e espaços institucionais que sofrem com essa problemática no Brasil. Estes são alguns parâmetros que a educação especial tem colaborado muito mais para o aprofundamento da separação e do estigma que, socialmente, tem marcado as crianças deficientes do que para a superação deste estado de coisas.

A educação da criança com limitações oriundas de deficiência no Brasil – historicamente necessitada de atenção concreta e comprometida por parte do Estado – parece seguir aberturas igualitárias. Nossas políticas educacionais apontam para a superação de preconceitos enraizados e sinalizam para o alargamento da esfera de pertencimento destes sujeitos. A complexidade da realidade, no entanto, impede a mera comemoração das conquistas e estabelece que sejamos cuidadosos às novas formas de construção de categorias que, rotulam

os indivíduos, determinam posições e lugares sociais de inferioridade e superioridade para uns e outros.

Em outras palavras, trata-se de firmar determinadas questões como ponto de partida para o questionamento das ações e políticas educacionais inclusivas enquanto sugestão de inclusão cultural e social de crianças com deficiência. Com isso, é de grande importância aceitar o sentimento preocupante de olhar para as políticas inclusivas discutindo sobre o quanto ela beneficia as crianças que possuam algum tipo de deficiência física ou sensorial e apresentam limitações no processo de aprendizagem.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16).

Assim, a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades, como também uma resposta a esta que vem a ser uma expressão da Questão Social.

É necessário estabelecer um paralelo com o desenvolvimento da criança normal, para que, dessa forma, possa o educador sair do campo da análise para o campo da ação, na busca efetiva do resgate de situações, de vivências, de experiências que promovam a construção desse sujeito, com objetivo de oferecer-lhe oportunidades iguais para o desenvolvimento de toda sua potencialidade. (BRASÍLIA, 2003)

Deste modo, o trabalho com a educação inclusiva nas Unidades Escolares tem que ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais e como assegura aprendizagem, possibilitando a integração entre educação regular e especial. A inclusão de alunos com deficiência na educação básica compreende um processo de grande importância no contexto atual, pois se trata da construção de uma sociedade inclusiva, compromissada com esse público. O principal desafio é garantir o acesso, a permanência e aprendizado desses alunos.

Para que haja a construção de uma sociedade inclusiva é necessário antes de qualquer coisa, haver certa mudança no pensamento das pessoas e na estruturação da sociedade, mas, é a aceitação das pessoas com deficiência que irá orientar e instigar essas mudanças e, essa aceitação deve começar pela própria família.

O acompanhamento e presença da família, na vida de qualquer criança, é muito importante para o seu total desenvolvimento. Seu papel é o de oferecer-lhe um lugar onde possam aprender a se relacionar em sociedade e desenvolver-se com segurança. Este esforço torna-se, mais difícil para as famílias com crianças deficientes.

A principal importância da influência da família consiste no fato de o lar e a vida familiar proporcionarem, através de seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da criança. Cambuzzi (1998), afirma que:

[...] é importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem à respeito do deficiente (p.90).

A escola, depois da família, é o espaço fundamental para o processo de socialização da criança com deficiência. A inclusão das crianças com deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, faz parte da atual política educacional brasileira. No entanto, todo o trabalho concretizado pela escola só tem êxito, se tiver acompanhamento direto pelos membros da família dos deficientes.

O trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento estabelece um fator decisivo no processo de inclusão de crianças com deficiência, sendo indispensável para a construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. Porém, esse processo requer, para sua efetivação, a ação de múltiplos esforços e a participação de todas as partes da sociedade, de maneira a se causar uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

CAPÍTULO III - AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

O capítulo a seguir traz o detalhamento metodológico de como foi realizada a pesquisa, voltando-se também para a interpretação do objeto de estudo caracterizando-o e sintonizando-o com a realidade, ainda fala acerca da SEDUC-JN, NAPE E AEE. E para finalizar o capítulo foi feita a análise dos dados de forma detalhada para se possibilitar uma melhor compreensão de todo conteúdo estudado anteriormente.

3.1 UM TRABALHO QUE ENVOLVE A TODOS

A Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte (SEDUC-JN) é responsável por assegurar a organização eficaz pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cabe à SEDUC-JN desenvolver políticas pedagógicas para promover a interação de escolas, pais, alunos e comunidades, promovendo o bem-estar dos estudantes através de atividades fora da sala de aula, com programações culturais e esportivas. Promover o desenvolvimento da tecnologia em educação na rede municipal de ensino, como também assegurar padrões de qualidade de ensino e implantar políticas públicas de democratização do acesso ao ensino fundamental e de inclusão social.

Dentro da SEDUC-JN existe um núcleo direcionado somente para a educação especializada, que é chamada de Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (NAPE). O NAPE é um facilitador da construção do saber. Tem como finalidade garantir as interações físicas, funcionais, sociais e educacionais por meio do reconhecimento e atendimento às particularidades das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, proporcionando-lhes diferentes alternativas de atendimento, sem discriminação beneficiando a

todos com o convívio e o crescimento, na diversidade sem perder de vista a educação de qualidade através do trabalho pedagógico, o que implica na atualização e desenvolvimento dos conceitos e metodologias educacionais compatíveis com o desafio da inclusão.

Os atendimentos são de segunda-feira a quinta-feira nos horários de 7h30min as 11h30min e de 13h30min as 17h30min, está localizada na Rua 15 de Novembro, número 134, no bairro São Miguel, de frente a SEDUC. O NAPE conta com uma equipe multiprofissional, disponibilizando duas Assistentes Sociais, duas psicopedagogas, uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional e uma fonoaudióloga.

Junto ao NAPE encontramos o Atendimento Educacional Especializado- AEE, que funciona em algumas escolas da cidade de Juazeiro do Norte. O AEE é um serviço da Educação Especial para atender aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais durante sua vida escolar. Tem como objetivo a eliminação de obstáculos que possam interromper o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como também aqueles alunos que tenham altas habilidades ou superdotação.

De acordo com o Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011, Art. 3º são objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O AEE tem muitas responsabilidades, como o ensino de Libras, Braille, de tecnologias assistivas e comunicação alternativa. Se todo aluno que possui necessidades educacionais especiais tiver acesso a um atendimento educacional especializado de qualidade irá progredir em seu aprendizado. Mas é claro que isso nem sempre acontece, infelizmente nem toda escola oferta o AEE como deveria.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

O percurso metodológico é essencial no planejamento e realização de uma determinada pesquisa para obtenção de dados que atendam e respondam as inquietações trazidas. Esse percurso deve ser bem estruturado e definido pelo pesquisador para a realização a descoberta de acordo com os objetivos elencados visando o aprimoramento teórico.

A pesquisa realizada buscou compreender a realidade de forma crítica e complexa. Bem como, descobrir as dificuldades existentes para a efetiva inclusão de crianças com deficiência nas escolas do município de Juazeiro do Norte-CE. Dessa forma, inicialmente foi traçado a metodologia a ser seguida de forma rigorosa para interpretação das diversas dificuldades para esta inclusão.

Assim, a pesquisa realizada tem uma abordagem qualitativa compreendendo a importância de uma análise complexa da realidade que ultrapasse a quantificação dos fenômenos, mas interprete-os em sua totalidade de uma forma descritiva e explicativa. Com embasamento teórico já existente, busca-se na pesquisa de abordagem qualitativa a interpretação dos fenômenos e suas relações.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (Richardson,2007, p.80)

Portanto, de acordo com o tema da pesquisa e os objetivos a serem alcançados no estudo e compressão da determinada problemática, à abordagem qualitativa compreende e abarca toda essa complexidade no desvelamento da realidade trabalhada.

Segundo Richardson (2007) a pesquisa pode ser entendida enquanto tentativa de compreensão detalhada das características de situações colocadas pelo pesquisado, dando ao pesquisador as condições necessárias para uma melhor interpretação acerca do tema estudado e um íntimo envolvimento com a sua pesquisa. Essa pesquisa qualitativa se consolida de forma descritiva e explicativa.

A pesquisa descritiva se realiza no sentido de descrever as características de um determinado elemento, considerando uma situação específica para estudo. Esse estudo possibilita um maior entendimento sobre o elemento e os diversos fatores que o rodeiam. A pesquisa explicativa vai além de descrição e busca uma análise específica sobre determinada problemática, bem como as suas causas e consequências exigindo uma maior atenção do pesquisador para compreender o porquê dos fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Diante da abordagem escolhida para realização da pesquisa, o tipo de pesquisa escolhida foi à bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica torna-se necessária pela necessidade do resgate teórico sobre a temática, para possibilitar ao pesquisador um conhecimento prévio do que está sendo estudado e pesquisado.

Assim como afirma Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa bibliográfica não deve ser interpretada como uma mera repetição de conteúdos já existentes, mas proporciona para o pesquisador novas formas de interpretação da realidade, com um viés inovador. Trazendo assim, para a pesquisa além de referências já existente, novas ideias e compreensões sobre um determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica é entendida ainda, como o pressuposto embasamento teórico para a realização da pesquisa de campo que irá dar continuidade ao estudo e possibilitar novas descobertas. Com intuito de chegar mais próximo da realidade, escolheu por base a pesquisa de campo, como norte de experiência empírica do referido estudo.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre elas. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 188)

A pesquisa de campo é realizada depois de um planejamento prévio acerca do que se pretende descobrir e delineamento dos meios para o alcance dos objetivos de tal pesquisa, tendo como fase importante à coleta de dados na descoberta dos fenômenos que é realizada após o estudo e compreensão do mesmo.

A pesquisa de campo proporciona um maior acúmulo de informações sobre o fenômeno e melhor obtenção de resultados que posteriormente podem ser analisados, comparados e expostos em diversos espaços de debates e estudos sobre a referida temática. Fazendo ainda, um recorte acerca do espaço e indivíduos a serem pesquisados.

Diante das técnicas de pesquisa escolhidas, foi selecionada enquanto técnica de coleta de dados o questionário.

Pode-se definir questionário como técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. [...] são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados. (Gil, 2008, p. 121)

É notório, que o questionário possibilita uma quantidade maior de resultados em menor tempo. Foi perceptível entender também, que o questionário precisa ter um planejamento anterior a sua realização, requer um conhecimento sobre o assunto por parte do pesquisador, bem como responsabilidade por parte do pesquisador acerca de horários e locais pré-definidos por parte dos pesquisados.

Gil (2008) afirma que as vantagens do questionário são: permite atingir um maior número de pessoas, provoca menores gastos com pessoal, garante o sigilo das respostas, permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais apropriados, além de não expor os pesquisados a influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Já as limitações do questionário estão relacionadas à exclusão das pessoas que não sabem ler e escrever, impede a ajuda ao informante quando este não entende corretamente as perguntas, impede o conhecimento das situações em que foi respondido, não oferece a garantia de que maioria das pessoas devolvam devidamente preenchido, além de proporcionar resultados bastante críticos em relação à objetividade.

De acordo com o interesse da pesquisa e do instrumento escolhido a mesma foi realizada no período de setembro a novembro de 2018, tendo sido aplicado o questionário entre os dias 30 de outubro a 5 de novembro de 2018 com os professores da Escola de Ensino Fundamental Zila Belém no município de Juazeiro do Norte-CE.

Tendo em vista, a necessidade da pesquisa para clarificar as dificuldades existentes dentro das escolas para a inclusão de crianças e/ou adolescentes no âmbito escolar, onde o interesse se intensificou devido curiosidades acerca do assunto citado. Surgiu então, a necessidade de intensificar estudos sobre essa temática necessária.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: ANALISANDO AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

A pesquisa foi realizada com o intuito de compreender quais as dificuldades para efetiva inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar. Dessa forma, o questionário foi direcionado aos professores da Escola de Ensino Fundamental Zila Belém no município de Juazeiro do Norte-CE a fim de conhecer melhor a realidade desses alunos com deficiência.

Assim as indagações do questionário foram elaboradas com o objetivo de conhecer se há uma efetiva inclusão e como ela se dá na escola onde eles atuam, tendo em vista que os mesmos visualizaram a realidade onde estão inseridos e pôde compartilha as suas próprias dificuldades.

Dessa forma as perguntas iniciais foram elaboradas em nível de identificação baseadas no sexo, idade, estado civil e nível de escolaridade.

QUADRO I- IDENTIFICAÇÃO

	PROF1	PROF2	PROF3	PROF4	PROF5
SEXO	FEMININO	FEMININO	FEMININO	FEMININO	FEMININO
IDADE	ACIMA DE 50 ANOS	ENTRE 30 E 40 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS
ESTADO CIVIL	SOLTEIRA	SOLTEIRA	DIVORCIADA	CASADA	CASADA
ESCOLARIDADE	ESPECIALISTA	ESPECIALISTA	ESPECIALISTA	E. S. COM.	E. S. COM.

Fonte: Primária.,2018.

Obtidos os dados de identificação, com o intuito de traçar o perfil dos pesquisados serão apresentadas as perguntas elaboradas na forma de questionário para uma maior análise da realidade das crianças com deficiência no âmbito escolar, através das respostas dadas pelos professores dos mesmos, necessitando de uma análise ampla e subjetiva.

A quinta pergunta feita aos pesquisados foi se na escola onde atua possui casos de alunos com necessidades oriundas de deficiência e quantos em média? Todas as professoras responderam que SIM e somente a PROF3 apresentou a quantidade em média, que são de 22 alunos com deficiência na referida escola.

Na RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, no Art. 2º afirma: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Temos em vista que o número de alunos com deficiência na referida escola ainda é pequeno, levando em consideração a quantidade de alunos em toda a escola, que isso é decorrente por conta de os próprios pais ainda pensarem que os seus filhos não precisam da escola ou que eles não irão aprender nada, por serem deficientes.

A sexta pergunta trouxe um questionamento para os professores sobre se a escola está preparada e adequada para receber esses alunos? E por quê? No sentido de compreender as necessidades e dificuldades que a própria escola tem para atender as crianças com deficiência. As 5 (cinco) professoras pesquisadas responderam que NÃO, sendo as respostas dadas muito parecidas, podemos destacar a resposta da PROF3, que afirmou: “A escola não possui estrutura física nem ambiente inclusivo adequado. Conta apenas com o professor do AEE*. Na verdade, deveria ter no mínimo, psicopedagogo e psicólogo também. *e orientador educacional”.

Com isso, na questão seguinte (7º questão), com o mesmo fundamento da anterior, foi perguntado se a escola possui estrutura física para receber esses alunos, como por exemplo, rampas, banheiros com corrimãos e etc.? Todas as professoras responderam que NÃO. De acordo com o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 a acessibilidade é definida como:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p. 45-46).

Nesse sentido, faz-se necessário que os espaços sejam organizados por uma infraestrutura apropriada que garanta a locomoção de todos. A acessibilidade permite que todos os membros da Escola possam circular normalmente pelos ambientes com facilidade e segurança. A escola deve ter o ambiente acessível e fazer com que os alunos com deficiência se sintam bem acomodados.

A oitava questão foi elaborada da seguinte forma: Na escola existe algum profissional destinado somente para os alunos com deficiência? Quantos? Todas as professoras responderam que SIM e que tem somente um profissional. Sendo um número muito pequeno para atender a todas as necessidades das crianças deficientes.

No desenvolver do estudo, encontramos algumas leis que garantem direitos as pessoas com necessidades especiais, no entanto, observa-se uma dificuldade em relação à legislação sobre o termo profissional Cuidador Escolar: conforme a lei nº 12.764/12, Estatuto da Pessoa com Transtorno Global, nos termos do art. 3º, Parágrafo único. “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2016, p. 02), bem como, a lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nos termos do art. 39º, § 2º “Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de

dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais” (BRASIL, 2016, p. 11).

Está garantida em lei, que todas as escolas devem conter profissionais adequados para esses fins, sendo o aluno diagnosticado a necessidade. A ideia é que o cuidador tenha disponibilidade sempre que a criança deficiente necessitar dos seus acompanhamentos e cuidados em atividades diversas. Mas vemos que isso é uma dificuldade na escola pesquisada por ter um número elevado de alunos deficientes para somente um profissional qualificado para atendê-los.

A nona pergunta foi feita da seguinte maneira: “Na escola possui algum meio ou projeto para inclusão dos alunos deficientes?”. As professoras pesquisadas responderam que SIM e na pergunta seguinte (10º questão) vem perguntando “como se dá essa inclusão e a partir de que?”. Como as respostas são basicamente a mesma, destacamos assim, a afirmação da PROF2: “Através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de atividades específicas para cada necessidade. O aluno com algum tipo de deficiência é incluído em todas as atividades que a escola proporciona”.

Assim, no Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011, Art. 2º, § 2º afirma que “o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas”.

Com a aplicação dos questionários, vimos que o atendimento as crianças com deficiência na escola a partir da sala do AEE, ajuda de certa forma aos alunos só não supre a necessidades por falta de equipamentos e por poucos profissionais destinados para isso. Com as perguntas anteriores e posteriores vemos os professores tentam acolher esses alunos da melhor forma possível, mas, infelizmente, o Estado não colabora pra que isso aconteça de forma efetiva, capaz de responder as várias demandas da escola.

Com relação à aceitação dos alunos deficientes para as atividades oferecidas, a décima primeira pergunta: “Esses alunos com deficiência aceitam e participam de atividades sugeridas pelos professores?”. Das cinco professoras questionadas, uma respondeu que SIM e quatro responderam que ALGUNS. Diante disso refletimos sobre o quanto deve ser difícil para os alunos com deficiências verem os demais colegas de sala correr, brincarem sozinhos, sendo que o mesmo sempre que for fazer algo tem a necessidade de outras pessoas pra lhe ajudar. Às vezes podem se sentir envergonhados, e até mesmo “diferentes” dos outros, por terem algum tipo de deficiência.

Cito aqui um caso vivido por uma amiga, onde o seu sobrinho com deficiência física, andando com cadeira de rodas, em meio aos seus colegas da escola vive em uma situação não muito agradável para ele, pois na sua escola não possui rampas ou qualquer outro meio facilitador da sua locomoção, estuda no primeiro andar da escola e toda vez que necessita ir para o térreo da escola, para ir ao banheiro por exemplo, precisa que o segurança da escola pegue-o no colo em meio a todos os outros para deixá-lo. Isso para ele é um incômodo enorme, pois de certa forma sempre existe colegas que irão fazer piadas com a situação. E a partir disso, a presença em atividades diversas oferecidas pela escola, se torna cada vez mais não aceita por parte da criança com deficiência, pois se tem certo incômodo ou se sente envergonhado.

A décima segunda pergunta traz o seguinte questionamento: “Na sua visão, as famílias destes alunos tem participação na efetivação da inclusão, contribuindo assim, para o desenvolvimento dos mesmos?”. Das respostas dadas uma professora respondeu que NÃO e as demais responderam que somente ALGUMAS participam. A família tem papel fundamental na vida educacional de qualquer criança, não somente na das crianças com deficiência. Cambuzzi (1998), afirma que:

[...] é importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem à respeito do deficiente (p.90).

Como foi dito pelas professoras ainda tem alunos que não tem ajuda da sua família, isso se torna uma dificuldade enorme no processo de inclusão das crianças com deficiência. Pois a família é a fonte de maior importância para a vida social de uma criança, a escola faz o seu papel com os atendimentos oferecidos, que são poucos, mas só se tem resultado com a presença da família. A participação da família ajuda também na construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade.

A décima terceira pergunta foi elaborada da seguinte forma: “O senhor (a) como profissional vê-se qualificado para atender as necessidades desses alunos? E por quê?” As cinco professoras responderam que NÃO e destacamos assim a resposta da PROF3: “Embora tenha experiência por ter atuado em salas de AEE, ter qualificação e certificação na área, ainda me sinto insegura, pois nossa rede de ensino (municipal) não oferece suporte adequado”. Alves (2009) aponta:

[...] o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45,46).

Infelizmente, as nossas redes de ensino municipais são vagas, em Juazeiro do Norte-CE, por exemplo, o município diz fazer qualificações para os professores, onde se juntam em um dia e vão assistir filmes, pronto essa a formação do profissional, com isso será que os professores conseguirão atender as necessidades dos alunos com deficiência? Isso é claro e obvio que não, existe uma serie de detalhes para trabalhar com essas crianças, qualificações com cursos, oficinas e etc., são essenciais para não somente para professores meles, os professores podem até se sentir incomodados em chegar uma criança com deficiência na sua sala de aula e não saber como interagir com a mesma. O município como um todo dificulta e muito para a inclusão acontecer de fato.

Já na décima quarta pergunta foi elaborada com o seguinte tema: “O senhor (a) já teve dificuldade de como lidar com esses alunos?” Todas as professoras responderam que SIM, com isso vemos que de fato não tem formação para esses profissionais.

Estamos acostumados a esperar um padrão de desenvolvimento específico, organizando nosso trabalho a partir dele. Receber uma criança que não anda no tempo esperado, usa fraldas, não fala ou canta, não consegue segurar um lápis ou um brinquedo, parece tornar inviável qualquer forma de atuação educativa dentro de um currículo normal. (BRASIL, 2003, p. 32)

Assim, pode-se dizer que o abandono que o município tem sobre essa problemática, em efetivar as políticas destinadas para esses fins, tem causado enorme desqualificação dos profissionais, sendo evidente nas respostas da pesquisa. Com isso, afirmamos que é necessário o aperfeiçoamento dos saberes da equipe educacional para que amenize as dificuldades existentes por parte da escola.

A última pergunta (15º questão) faz questionamento as professoras sobre se por parte dos demais alunos tem-se uma visão de inclusão ou exclusão dos alunos deficientes? Das cinco

respostas destacamos a da PROF2: “Tanto existe a inclusão, como a exclusão por parte dos alunos”. Assim, Gil (2005) revela que:

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. (p. 18)

Com isso, faz-se necessário que o trabalho em grupo, envolvendo todos os alunos se tornem rotineiros nas salas de aula, só assim teremos crianças e futuros adultos com pensamentos positivos, deixando de lado qualquer diferença que outra pessoa tenha, longe do preconceito e da exclusão que nos dias atuais são constantes e que são pouco trabalhados em todos os espaços, que o respeito pelo próximo seja dado não por obrigação, mas como uma coisa necessária para vivermos em um mundo justo para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo 208 da Constituição Federal de 1988 especifica que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Sendo assim, a criança com deficiência tem direitos concretizados e eles devem ser efetivados da melhor forma possível.

As leis também garantem que as escolas tenham educadores qualificados e especializados para atender corretamente essas crianças, com atividades e exercícios específicos para cada uma de suas necessidades. É preciso que se tenha um profissional capacitado para desenvolver as atividades junto com o aluno com deficiência, e trabalhar com ele o desenvolvimento de suas habilidades.

Com isso, a Inclusão Escolar significa oferecer oportunidade de estudo para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, classe social, ou ainda, condições físicas e psicológicas. Uma escola inclusiva, que permite a inclusão escolar de crianças e jovens com os mais variados tipos de deficiência, é uma escola que contribui não só para o aprendizado dessas crianças, mas também, para a construção de um mundo melhor e mais igualitário. Além de garantir os direitos à educação, a inclusão escolar traz uma série de benefícios não só para os alunos especiais, como também para os outros alunos e educadores que dividem a mesma sala de aula.

Nesse sentido, a principal inquietação acerca do tema estudado foi “quais as dificuldades para a efetivação do processo de inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar?” Tendo em vista que a exclusão é de certa forma uma problemática muito existente não somente nas escolas, mas em todos os locais e espaços.

Então, é válido compreender que as respostas dadas pelos professores pesquisados apontam que as dificuldades para efetiva inclusão vêm de todas as formas, por falta de estrutura na escola tanto por parte da estrutura física, com falta de rampas para melhor acesso das crianças com deficiência, quanto pela falta de equipamentos adequados para se trabalhar com estimulação. As dificuldades se têm também por meio da falta de qualificação dos profissionais não somente dos professores, acarretando assim na vida profissional principalmente do professor, onde ele não sabe como lidar com aquele aluno.

Vemos também que algumas famílias ainda são distantes da realidade da criança com deficiência, não procurando a escola para quaisquer ajuda, isso se torna uma dificuldade enorme, pois a família tendo papel fundamental na vida educacional de qualquer criança é de

suma importância a sua presença, estimulando o seu filho para ir para escola, fazer com que ele entenda que a deficiência não o atrapalha para seguir uma vida educacional.

Tendo em vista que o assunto estudado é de grande relevância para todos, pois a inclusão deve ser trabalhada diariamente, para fugirmos do preconceito e da exclusão das pessoas com deficiência. O trabalho possibilitou um enorme aprendizado acerca do assunto, com o aprofundamento das informações que até então não se sabia, mas que tinha curiosidades para serem esclarecidas.

Assim, para haver uma educação inclusiva nas escolas, precisamos que a escola como um todo, família, comunidade e o próprio Estado estejamos juntos. Para programarmos meios de adequações necessárias para a criança com deficiência na escola, garantindo um ensino de qualidade para os mesmos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2.ed – Rio de Janeiro: LTC, 1914-1984.

ARRUDA, M. A.; ALMEIDA, M. de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2011

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, CNE/CEB: 2001.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física** – 2. Ed ver. – Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: MEC, SEESP. 2003.

BUENO, J. G. S. (1997) **A produção social da identidade do anormal**. In: Freitas, Marcos, C. (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez-USF-IFAN.

CAMBRUZZI, R. de C. S. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez**. IN: III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998.

FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F. M. de B. **Impactos Das Políticas Educacionais No Cotidiano Das Escolas Públicas no Plano Nacional De Educação**. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. -6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008. KASSAR, M. de C.M. **Deficiência múltipla e Educação no Brasil**- Discurso e silêncio na história dos sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** Universidade de São Paulo, 2005.

KULMANN JR., M. **Educando a infância brasileira**. In: **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARCÍLIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950**. In: Freitas, Marcos C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MERISSE, A. **Origem das instituições de atendimento à criança: o caso das creches**. In: Merisse, A. et al. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

MESSIAS, B. T. et al. **Plano Nacional De Educação: Implicações E Perspectivas**. In: XII Jornada do Histedbr. 2010.

PASSETI, E. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: Del Priore, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. – 2. Ed. Ver. – São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, R.M. **Que (e como) é necessário aprender? Necessidades Básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares**. 2a ed. Campinas: Papirus, 1995.

VAGO, T.M. **Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte (1906-1920)**. In: Educar em Revista. Curitiba, N° 16, 2000.

WARDE, M. J. **Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia**. In: Freitas, M.C.(org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez/UFS-IFAN, 1997.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

1-Sexo:

()Feminino ()Masculino

2-Idade:

()20-30 ()30-40 ()40-50 () Acima de 50 anos

3-Estado Civil:

()Solteiro(a) ()Casado(a) ()União Estável ()Divorciado(a) ()Viúvo(a)

4-Grau de escolaridade:

()Ensino Superior completo ()Especialista ()Mestrado ()Doutorado

QUESTIONÁRIO

5- Na referida escola onde atua possui algum caso de aluno com necessidades oriundas de deficiência?

()Sim ()Não Quantos em média?_____

6- A seu ver a escola está preparada e adequada para receber esses alunos?

()Sim ()Não Por que ?

7-A escola possui estrutura física para receber esses alunos, como por exemplo, rampas, banheiros com corrimãos, etc.?

()Sim ()Não

8- Na escola existe algum profissional destinado somente para esses alunos?

()Sim ()Não

9-Na escola possui algum meio ou projeto para inclusão desses alunos?

()Sim ()Não

10- Como se dá essa inclusão e a partir de que?

11- Esses alunos com deficiência aceitam e participam de atividades sugeridas pelos professores?

() Sim () Não () Alguns

12- Na sua visão, as famílias destes alunos tem participação na efetivação da inclusão, contribuindo assim, para o desenvolvimento da mesma?

() Sim () Não () Algumas

13- O senhor (a) como profissional vê-se como qualificado para atender as necessidades desses alunos?

() Sim () Não Por que?

14- O senhor (a) já teve alguma dificuldade de como lidar com esses alunos?

() Sim () Não

Se quiser exemplificar:

15- Por parte dos demais alunos tem-se uma visão de inclusão ou exclusão dos alunos com deficiência?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitulada **As dificuldades para efetiva inclusão de crianças com deficiência no âmbito escolar no município de Juazeiro do Norte-Ce**, está sendo desenvolvida pelo (a) aluno (a) **BÁRBARAH BYANCA DUARTE LOPES**, sob orientação do (a) professor (a) **Mestre Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio** do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio - UNILEÃO.

Possui como objetivo **ANALISAR AS DIFICULDADES PARA EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, com fins de produção monográfica que se estabelece como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar do estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas com total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser ainda apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através da aplicação de um questionário, mantendo a integridade física e moral dos participantes.

O aluno estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como o professor orientador.

Diante do exposto, eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Juazeiro do Norte - CE, _____de Outubro de 2018.